



Procuradoria Geral do Estado - PGE  
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 508/2021/PGE-PCC

**Referência:** Processo Administrativo n.0032.480478/2020-96. Pregão Eletrônico n. 036/2021/ZETA/SUPEL/RO

**Procedência:** Equipe de licitação ZETA/SUPEL.

**Interessado:** Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada na Locação de Banheiros Químicos.

**Valor Estimado:** R\$ 476.775,92 (quatrocentos e setenta e seis mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. Proposta em desacordo com o ato convocatório. Conhecimento. Improcedente.

1. **INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de recurso interposto pela licitante **LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA.**, inscrita sob CNPJ 01.905.016/0001-06, contra decisão que classificou e declarou vencedora para o grupo 01 a empresa EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n. 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual n. 12.205/06.

2. O presente processo foi encaminhado pelo Pregoeiro para fins de análise e parecer jurídico.

3. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº 036/2021/ZETA/SUPEL/RO.

4. Houve apresentação de contrarrazões.

2. **ADMISSIBILIDADE**

5. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse recursal, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. **RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA LOC-MAQ. LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA (0018094952).**

6. A Recorrente apresentou recurso contra decisão que classificou e declarou vencedora a empresa EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI para o grupo 01.

7. Argumenta que empresa EMOPS deixou de apresentar declaração exigida nos itens 8.6 e 8.7 no instrumento convocatório.

8. Argumenta que o instrumento convocatório trouxe em seus itens 8.6 e 8.7 a presente exigência: 8.6. Tendo em vista que os serviços objeto desta licitação serão prestados em diversas cidades do Estado de Rondônia, o que pode gerar peculiaridades na futura prestação, deverão os licitantes apresentar, juntamente com a proposta de preços, declaração de que estão cientes do local onde serão prestados os serviços objetos desta licitação, nos termos do item 24.2 do Termo de Referência, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO e o item 8.7 que diz que a declaração acima deverá ser juntada no sistema Comprasnet juntamente com a proposta de preços e a documentação de habilitação, não cabendo aos licitantes, posteriormente, alegar desconhecimento da necessidade de seu envio.

9. Alega ainda que as empresas licitantes deveriam apresentar a declaração exigida junto com a documentação de habilitação, que deveria ser encaminhada antes da fase de lances, e a licitante assim não o fez.

10. Por fim, requer a desclassificação da empresa no grupo 01, pela não observância da exigência editalícia.

4. **DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI (0018125074)**

11. Contradita o esmerneio da recorrente afirmando que se utilizou do mesmo documento da proposta de preços para firmar a aceitação irrestrita às disposições do edital.

12. Argumenta que não se pode dizer que a licitante desrespeitou tal dispositivo, porquanto não há forma (de modelo ou texto) prevista no certame para a apresentação da referida declaração de aceitação, podendo ser realizada em documento individual ou juntamente com outro documento, desde que no exato momento estabelecido, conforme fielmente realizado por esta licitante.

13. Argumenta ainda, que o momento da emissão da declaração não foi desrespeitado pela empresa, posto que declarou, juntamente à proposta de preços, estar de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos, conforme segue: "Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, subcontratação, caso haja necessidade, embalagens, recipientes e outros gravames que possam incidir sobre o objeto lícitado."

14. Requer seja mantida a habilitação e classificação desta recorrida como consequência lógica da improcedência do recurso ora combatido.

5. **DECISÃO DO PREGOEIRO (0017958677)**

15. Compulsando os autos, o Pregoeiro decidiu:

16. Julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA.**, mantendo a decisão que aceitou e classificou a proposta da empresa **EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI**, para o grupo 01 do certame.

6. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

17. Em consonância ao art. 4º, inc. XVII, da Lei Federal nº 10.520/02, c/c art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, e subsidiariamente, com o art. 109, inc. I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93, discorreremos quanto ao parecer jurídico.

18. O recurso interposto pela recorrente **LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA.**, insurge contra a classificação da empresa **EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI**, para o grupo 01.

19. A Recorrente argumenta que a empresa EMOPS deixou de apresentar declaração exigida nos itens 8.6 e 8.7 no instrumento convocatório, contrariando assim as regras do editalícias.

20. Pois bem!

21. Vejamos o que dispõe o subitem 8.6 do edital:

Tendo em vista que os serviços objeto desta licitação serão prestados em diversas cidades do Estado de Rondônia, o que pode gerar peculiaridades na futura prestação, deverão os licitantes apresentar, juntamente com a proposta de preços, declaração de que estão cientes do local onde serão prestados os serviços objetos desta licitação, nos termos do item 24.2 do Termo de Referência, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

22. Inicialmente cumpre esclarecer, que o Edital de Licitação, apesar de exigir a declaração, não contempla nenhum modelo específico e/ou exclusivo de declaração do item 8.6.

23. Verifica-se no id 0017931782 que trata da proposta da empresa recorrida EMOPS SERVICOS que a mesma contempla a declaração de ciência exigido no referido subitem 8.6.

24. A forma pela qual a empresa licitante trouxe a declaração supre tal exigência, tendo em vista que a mesma está ciente de suas obrigações.

25. Com base na jurisprudência e em precedentes administrativos predominantes é descabida a inabilitação (documental) ou desclassificação (da proposta) por excesso de formalismo.

26. Apesar do princípio de vinculação ao edital, falhas sanáveis não devem acarretar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Porquanto, o pregoeiro, no interesse da Administração, deve relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta.

27. Verifica-se ainda que o Pregoeiro realizou diligência (documento id SEI 0017938689, página 07). Fato este amparado pelo § 3º do Art. 43 da Lei Nº 8.666/93, onde é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

28. De outro giro, a licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei no 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Durante a seleção, a comissão de licitação deverá ter cautela para não infringir os princípios licitatórios.

29. Nesse sentido, é preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta.

**JURISPRUDÊNCIA TCU:**

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.” (TCU – Acórdão 357/2015-Plenário)

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.” (TCU – Acórdão 2302/2012-Plenário).

30. Portanto, verifica-se o atendimento às regras do ato convocatório.

7. **CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, esta Procuradoria Geral do Estado, sob o viés jurídico que lhe compete, não vislumbra qualquer irregularidade na decisão do Pregoeiro quanto a decisão tomada.

32. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

33. Encerrada a fase de julgamento do recurso administrativo, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

34. Tendo em vista o preço estimado desse procedimento licitatório, **essa opinião será submetido à aprovação ao Procurador Geral do Estado** diante da autorização condita no argo 11, inciso V,

da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante tratar-se de assunto de importância estadual, conforme dispõe a Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

35. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 31 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 07/06/2021, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0018382959** e o código CRC **8459DA32**.

**Referência:** Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0032.480478/2020-96

SEI nº 0018382959